



VOL. 6 | N. 11 | JAN/JUN DE 2020 | ISSN 2359-4489

# DIÁLOGOS TRANSATLÂNTICOS: RELAÇÕES E DINÂMICAS ENTRE PORTUGAL, ÁFRICA E AMÉRICA (SÉCULOS XVII - XIX)



FACES DE CLIO

## O peso da crise

---

*Grande Depressão e desemprego rural em Portugal (1929-1932)*

*Leonardo Aboim Pires*<sup>53</sup>

**Resumo:** Este artigo examina o impacto da Grande Depressão em Portugal no contexto da transição política entre a Ditadura Militar e o Estado Novo. Concretamente, o nosso objeto de estudo é o desemprego rural. Pretendemos analisar este fenómeno para o tentar compreender de forma mais completa, as circunstâncias em que ocorreu, as suas consequências sociais, mas também as dinâmicas exógenas e mecanismos institucionais e de governação atuantes no período em análise.

**Palavras-chave:** Grande Depressão; economia portuguesa; desemprego rural.

## The weight of the crisis

---

*Great Depression and rural unemployment in Portugal (1929-1932)*

**Abstract:** This article examines the impact of the Great Depression in Portugal in the context of political transition between the Military Dictatorship and the Estado Novo. Specifically, our object of study is the rural unemployment. We aim to point out the phenomenon to try to understand more fully the circumstances in which it occurred, its social consequences as well the exogenous dynamics and governance and institutional arrangements in the period under analysis.

**Keywords:** Great Depression; Portuguese economy; rural unemployment.

---

<sup>53</sup> Licenciado e Mestre em História Contemporânea pela NOVA/FCSH e Doutorando em Ciências da Sustentabilidade pela Universidade de Lisboa. Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra. Email: [leonardopires5@hotmail.com](mailto:leonardopires5@hotmail.com)

## Introdução

De uma forma consensual e como alguma historiografia tem vindo a apontar nos últimos anos, com destaque para os trabalhos de Alfredo Marques<sup>54</sup>, Fernando Rosas<sup>55</sup>, Álvaro Garrido<sup>56</sup>, José Luís Cardoso<sup>57</sup> ou Pedro Lains<sup>58</sup>, advoga-se que os impactos da Grande Depressão em Portugal foram relativamente tardios, rápidos, pouco intensos e diferenciados por vários sectores. Sem prejuízo de tais conclusões, por mais ténues que tenha sido os seus ecos, esta crise, na qual se combinava “falta e abundância; desemprego e miséria”<sup>59</sup>, embateu na economia portuguesa de forma visível.

É na agricultura que se perscrutam algumas das consequências do processo iniciado com o *crash* da bolsa nova-iorquina, em outubro de 1929. Apesar do nível de industrialização de países como os EUA ou o Reino Unido ser mais elevado do que em Portugal, estes também viram o seu sector agrícola afetado pela desregulação económica sentida no período em análise. Já em países com um tecido produtivo idêntico ao português, como Espanha<sup>60</sup> e Itália<sup>61</sup>, também a crise teve as suas repercussões na agricultura. Como se percebe, não sendo um fenómeno exclusivo da realidade portuguesa, o peso que o sector primário ocupava em termos de contribuição para o produto interno bruto (PIB) e população ativa leva-nos a ponderar que, por mais leves que tais impactos tenham sido, as consequências da Grande Depressão terão sido sentidas nas estruturas socioeconómicas dependentes da produção agrícola.

Ainda sobre a economia portuguesa deste período, a crise fez-se sentir nos sectores voltados para o comércio externo, ou seja, nas tradicionais exportações portuguesas, de origem agroflorestal (vinho, frutas, hortícolas e cortiça) e industrial (conservas de peixe).

<sup>54</sup> MARQUES, Alfredo. *Política económica e desenvolvimento em Portugal (1926-1959)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.

<sup>55</sup> ROSAS, Fernando. *O Estado Novo nos anos trinta (1928-1938)*. Lisboa: Estampa, 1986.

<sup>56</sup> GARRIDO, Álvaro. O Estado Novo português e a institucionalização da “economia nacional corporativa”. *Estudos do Século XX*, nº 10, p. 297 – 316, 2010.

<sup>57</sup> CARDOSO, José Luís. Ecos da Grande Depressão em Portugal: relatos, diagnósticos e soluções. *Análise Social*, nº 203, vol. XLVII, p. 370-400, 2012.

<sup>58</sup> LAINS, Pedro. Portugal e a Grande Depressão. *História*, ano XXI, nº 18, p. 30-39, 1999.

<sup>59</sup> CORREIA, Araújo. *A crise nos seus aspectos económicos e social*. Lisboa: Tipografia da Empresa do Anuário Comercial, 1932, p. 5.

<sup>60</sup> PALAU, Senén Florensa. *España ante la crisis de 1929 y la gran depresión: la economía de la II República*. Tese (Doutoramento em História) -Universidad Complutense de Madrid. Madrid: 1979; GIMÉNEZ, Eduardo; MONTERO, María. The Great Depression in Spain. *Economic Modelling*, vol. 44, p. 200-214, 2015.

<sup>61</sup> MATTESINI, Fabrizio; QUINTIERI, Beniamino. Italy and the Great Depression: an analysis of the Italian economy, 1929–1936. *Explorations in Economic History*, vol. 34, nº 3, p. 265-294, 1997.

Nesta problemática, denota-se a confluência de duas dimensões decorrentes deste contexto: as perturbações na circulação internacional de mercadorias, a montante, e os efeitos na produção interna, a jusante. Também a estrutura de emprego sofreu alterações significativas, reforçando algumas realidades passadas mas cujas experiências vivenciadas ditaram novas abordagens a um problema fulcral, isto é, o desemprego rural. Como itinerário duas questões fundamentais se colocam: qual o impacto da Grande Depressão na estrutura laboral da agricultura portuguesa? Que processos institucionais e racionalidades do Estado lidaram com tal problema em contexto de definição do regime político?

Partindo das considerações previamente expostas, com recurso a publicações periódicas, oficiais e estatísticas, focar-nos-emos em compreender quais os efeitos da Grande Depressão na agricultura portuguesa e a gestão dos seus impactos. Em análise está o período entre o início da crise, em 1929 e os primórdios do Estado Novo, ou seja, 1932/1933, com breves incursões pelos anos seguintes para ilustrar algumas continuidades seguidas pelas instituições. Pretende-se averiguar as funções reservadas ao Estado português na questão do desemprego rural, na senda da criação de um espaço político subordinado e controlado nos seus aspetos económicos, sociais e laborais. Em suma, é nossa intenção entender a inserção deste fenómeno sistémico no quadro da política socioeconómica portuguesa entre a Ditadura Militar e o Estado Novo.

Do ponto de vista do corpus documental examinado, as fontes manuscritas partiram, na sua maioria, da consulta da documentação do Arquivo Nacional da Torre do Tombo onde foram coligadas informações referentes ao fenómeno do desemprego rural entre os finais dos anos 20 e início dos anos 40. Paralelamente, foi realizada uma leitura da imprensa periódica da época, na qual diversas vezes era enunciada a ausência de trabalho e os seus efeitos nos vários concelhos do país. Por tratar fica o papel da organização corporativa nestas questões em que as Casas do Povo se evidenciavam. Tal escolha prende-se com o facto de o universo subjacente às lógicas de implantação do corporativismo nas comunidades rurais encerrar dinâmicas próprias que necessitariam de uma investigação autónoma e mais aprofundada.

### **A crise capitalista de 1929 e as suas consequências na agricultura**

No advento da ditadura, o que se podia observar em Portugal era uma agricultura pouco produtiva e baseada num regime de auto-subsistência, “que mal bastava para alimentar

aqueles que dela dependiam”<sup>62</sup> mas na qual 49% da população ativa estava empregue. Seguindo os dados presente na tabela 1, 50,2% das propriedades agrícolas eram exploradas em regime de conta própria e, no restante conjunto, encontrava-se uma área agrícola nos quais regimes como o arrendamento ou a parceria se encontravam presentes.

**Tabela 1 - Modos de exploração agrícola em Portugal (em hectares)**

Tipos de exploração	1890	1914	1929
Conta própria	230.000	347.000	351.000
Arrendamento	210.000	266.000	280.000
Parceria	110.000	55.000	68.000
Totais	550.000	668.000	699.000

**Fonte:** CARQUEJA, Bento. *Indicadores económicos portugueses*. Porto: Tipografia Sequeira, 1930, p. 30.

Do ponto de vista da conjuntura política, o fim da I República, concretizado em 28 de maio de 1926, constituiu o culminar de processo de erosão nas suas estruturas partidárias, desfalcadas de um apoio generalizado. A emergência da Ditadura Militar constituía a concretização de um programa baseado em apagar o Partido Democrático do poder, numa ação de suposta normalização e saneamento da vida política. Este era o princípio agregador das diferentes fações presentes no golpe, sendo tal indefinição responsável por um “regime ditatorial «sem ditador» e um regime incapaz de se institucionalizar”<sup>63</sup>. Existia apenas um programa mínimo que não mostrava ser uma alternativa ao regime liberal republicano, não constando nele princípios referentes a um futuro texto constitucional, à nova orgânica administrativa, às relações entre o Estado e a Igreja, entre outros, assentando assim a nova situação política “numa frágil base compromissória”<sup>64</sup>. Dever-se-á ainda acrescentar a ausência de menções a um plano económico, no geral, e à questão agrícola, em particular. Foi com a chegada de António de Oliveira Salazar ao Ministério das Finanças, em 1928, que se assistiu a uma política de correção dos problemas económicos, baseada no equilíbrio

<sup>62</sup> AMARAL, Luciano. *O país dos caminhos que se bifurcam: política agrária e evolução da agricultura portuguesa durante o Estado Novo, 1930-1954*. Tese (Mestrado em História dos Séculos XIX e XX) – Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 1993, p. 7.

<sup>63</sup> GARRIDO, Álvaro. Conjunturas políticas e economia. In: LAINS, Pedro, SILVA, Álvaro Ferreira da (Coord.). *História Económica de Portugal (1700-2000)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, vol. III, p. 458.

<sup>64</sup> CHORÃO, Luís Bigotte. Em volta do «programa» do «28 de Maio». In: TORGAL, Luís Reis, CHORÃO, Luís Bigotte e MARTINS, Rui Cunha (Org.). *O 28 de Maio oitenta anos depois: contributos para uma reflexão*. Coimbra: Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, 2007, p. 22.

monetário, da restrição de despesas extraordinárias e a redução drástica dos recursos a empréstimos.

Este é o quadro dominante em Portugal quando ocorreu o *crash* da bolsa de Nova Iorque, a 24 de outubro de 1929<sup>65</sup>, que terminou com um período de extraordinária especulação financeira, cujos sinais de desequilíbrio já vinham sendo notórios, com desnivelamentos entre a cotação da ações transacionadas e o seu lucro. Para o patronato português, a sua origem provinha de um “grande número de factores – forças heterogêneas que se contrariavam, que se opunham e que iam pouco a pouco acentuado o caos monetário e económico”<sup>66</sup>. Efetivamente, nos EUA, uma política de crédito fácil, uma estrutura bancária fragmentada e a especulação bolsista foram engrenagens numa máquina que se revelou ineficiente e que contagiou o resto do globo. Quebras na produção, descida de salários e preços, falências, desvalorização monetária, diminuição do PIB de alguns países e desemprego são apenas algumas das características mais visíveis desta crise.

De acordo com Pedro Lains, a Grande Depressão não se fez sentir em Portugal de forma tão acutilante devido ao “nível de isolamento da economia portuguesa relativamente ao exterior, no que diz respeito quer à agricultura, quer à indústria, quer às finanças”<sup>67</sup>. A inexistência de relações estreitas entre Portugal e as principais economias capitalistas e o programa financeiro empreendido por Salazar blindou a economia a efeitos mais nefastos. Ainda assim, a crise sentir-se-ia no território português, de forma transversal a vários sectores e camadas sociais.

No que se relaciona com as consequências mais visíveis deparamo-nos com as repercussões no emprego agrícola. O desemprego nas zonas rurais não constituía novidade aquando do despoletar da crise de 1929 sendo uma realidade devido à sazonalidade característica dos trabalhos agrícolas. Tal facto encontrava correspondência, essencialmente, no Alentejo, onde a divisão das estruturas agrárias, assentes no regime do latifúndio estabelecido a partir dos finais do Antigo Regime<sup>68</sup>, originava períodos de desemprego. Tal

<sup>65</sup> Sobre as causas e consequências da Grande Depressão ver: BERNANKE, Ben. *Essays on the Great Depression*. Princeton: Princeton University Press, 2009; GALBRAITH, John Kenneth. *A crise económica de 1929: anatomia de uma catástrofe financeira*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1982; LIMONCIC, Flávio; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org). *A Grande Depressão: Política e Economia na Década de 1930 - Europa, Américas, África e Ásia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

<sup>66</sup> *Indústria Portuguesa: revista da Associação Industrial Portuguesa*, 5º ano, nº 51, maio de 1932, p. 48.

<sup>67</sup> LAINS, 1999, p. 31.

<sup>68</sup> SANTOS, Rui. Economic sociology of the modern latifundium: economic institutions and social change in Southern Portugal, 17th-19th centuries. *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 45, p. 23-52, 2004.

fenómeno dificilmente se poderia vislumbrar com tal magnitude noutras zonas do país, como nos concelhos situados a Norte, ainda que também existisse de forma tenúe. Além do carácter extensivo das culturas, o que ocorria no caso alentejano era o “recurso ao trabalho assalariado como a *entrega* de terras a seareiros<sup>69</sup>, uma situação cujas similitudes se podem estabelecer com o que ocorria do outro lado da fronteira, em Espanha<sup>70</sup>. Devido às necessidades decorrentes deste tipo de regime de propriedade, a procura de mão-de-obra era crucial mas provocavam períodos nos quais os trabalhadores não eram necessários nas herdades. O que aqui se pode ver é um processo que cristaliza uma ausência do acesso à terra, um caso de *landlessness* para usar a terminologia proposta por Sidney W. Mintz<sup>71</sup>, característico de uma progressiva exploração capitalista da agricultura.

As chamadas *crises de trabalho* persistiram no tempo, mesmo após a aprovação das leis de protecção cerealífero dos finais do século XIX e durante a I República, legislação que sublinhou estas assimetrias laborais. A especialização cultural encetada nestes anos levou ainda a uma procura de trabalhadores fora dos concelhos, suscitando alguns episódios de migrações internas. Um dos mais conhecidos ocorria com os chamados *ratinhos*: “milhares de homens e rapazes que de propósito, vêm das Beiras [...] ceifar às terras alentejanas<sup>72</sup>. Diga-se, aliás, que o esforço modernizador da agricultura da região acabou por reforçar, como vários autores atentam, para uma maior “dependência da agricultura latifundiária em relação à mão-de-obra assalariada”<sup>73</sup>.

Para a nossa análise, é importante observar a questão salarial. Se antedermos à comparação entre os rendimentos auferidos na agricultura e na indústria, as diferenças eram muito significativas. Estas disparidades justificavam o facto que, em tempo de crise, “o

<sup>69</sup> BAPTISTA, Fernando Oliveira. Economia do latifúndio – o caso português. In BARROS, Afonso de (Coord.). *A agricultura latifundiária na Península Ibérica*. Lisboa: Instituto Gulbenkian de Ciência/Centro de Estudos de Economia Agrária, 1980, p. 344.

<sup>70</sup> Tome-se como exemplo os latifúndios da Extremadura: “this rural work-force was divided into a majority of *jornaleros* (day labourers), who lived a precarious and dependent existence working the *latifundios*, and a less numerous group of *yunteros* (labourers with teams of ploughing mules or oxen), perhaps 30 per cent of the total, some of whom sharecropped the parcels of land allocated to them by landowners.” (REES, Timothy. The political mobilization of landowners in the province of Badajoz, 1931-1933. In: LANNON e PRESTON, Paul (Ed.). *Élites and power in twentieth-century Spain*. Oxford: Clarendon Press, 1990, p. 91)

<sup>71</sup> MINTZ, Simon K. The rural proletariat and the problem of rural proletarian consciousness. *Journal of Peasant Studies*, vol. 1, nº 3, p. 291-325, 1974.

<sup>72</sup> PICÃO, José Silva. *Através dos campos: usos e costumes agrícola-alentejanos*. Lisboa: Neogravura Limitada, 1947, p. 191.

<sup>73</sup> CARMO, Renato Miguel do. As desigualdades sociais nos campos: o Alentejo entre as décadas de 30 e 60 do século XX. *Análise Social*, nº 184, vol. XLII, 2007, p. 815.

operário agrícola procure deslocar-se em busca de salários mais altos, ganhos geralmente com menos dispêndio de esforço!”<sup>74</sup>.

**Tabela 2 - Comparação dos salários agrícolas com os da indústria das construções (em escudos)**

Anos	Salários na indústria das construções	Salários agrícolas	Percentagem dos segundos sobre os primeiros
1930	15\$20	9\$10	54,8%
1931	13\$70	8\$30	60,5%
1932	13\$07	7\$65	58,5%
1933	12\$90	7\$50	58,1%
Médias	13\$72	8\$14	59,3%

**Fonte:** BASTO, Eduardo Lima, *Inquérito Económico-Agrícola*, Lisboa, Universidade Técnica, 1934, p. 422.

Impedidos de emigrar, os desempregados rurais dirigiam-se, sobretudo, para a cintura industrial de Lisboa. Nos campos, com a sazonalidade dos trabalhos agrícolas e a estabilização do escudo ocorrida nesse período existiu uma certa estabilidade dos salários, visível no gráfico nº1, e considerada, por António José Telo, como “normal na conjuntura vivida”<sup>75</sup>. Se é possível verificar uma subida dos salários, em 1929, atribuída à realização da Campanha do Trigo<sup>76</sup>, que “conseguiu um aumento nas escassas receitas anuais de muitos trabalhadores”<sup>77</sup>, os problemas nas migrações levou a um excedente de mão-de-obra, contribuindo para a descida dos salários, sobretudo, a partir de junho de 1930. Além disso, “na generalidade, nas regiões onde predomina a grande exploração, o salário era mais reduzido”<sup>78</sup>.

<sup>74</sup> BASTO, Eduardo Lima, *Inquérito Económico-Agrícola*, Lisboa, Universidade Técnica, 1934, p. 422.

<sup>75</sup> TELO, António José. A obra financeira de Salazar: a «ditadura financeira» como caminho para a unidade política, 1928-1932. *Análise Social*, vol. XXIX, nº 128, 1994, p. 792.

<sup>76</sup> Inserida na política de autarcia transversal aos fascismos, esta foi uma campanha de intensificação da cultura cerealífera, lançada em agosto de 1929, decalcada da *Bataglia del Grano* realizada pelo governo de Mussolini. A expansão da área cultivada fez-se à custa da substituição das áreas de montado, conseguindo aumentos muito significativos na produção de trigo que, conseqüentemente, viu os seus preços baixarem drasticamente. Como exemplo, em 1925, nos distritos de Évora e Portalegre, a superfície semeada era de 149 078 hectares. Depois da Campanha do Trigo, em 1933, o número era de 217 300 hectares (Barros 1934: XIII). A esta campanha seguir-se-iam outras como a Campanha das Frutas (1930) e a Campanha do Arroz (1931).

<sup>77</sup> BAPTISTA, Fernando Oliveira. *A política agrária do Estado Novo*. Porto: Afrontamento, 1993, p. 173.

<sup>78</sup> PAIS, José Machado *et. al.* Elementos para a história do fascismo nos campos: a «Campanha do Trigo»: 1928-38 (I). *Análise Social*, vol. XII, nº 46, p. 470.

**Gráfico 1 – Salários dos trabalhadores rurais (média mensal em Portugal continental)**

Fonte: *Boletim de Estatística e Informação Agrícola* (1929-1931).

Da combinação entre abundância de braços e falta de trabalho resultavam salários baixos e a desvalorização da força de trabalho, acentuando o que representava um “agravar [d]a situação do operário rural, que mal ganha para o seu sustento e dos seus”<sup>79</sup>. De acordo com os dados disponíveis, o período mais crítico corresponde a 1931. Esta ocorrência acompanhou a tendência de abrandamento que a economia portuguesa sofreu durante esse ano. Nestas circunstâncias, os lavradores viram-se forçados a recorrer ao crédito, situação que fez aumentar “o número de propriedades rurais hipotecadas em situação de insolvência”<sup>80</sup>. Outros efeitos tinham as suas raízes neste contexto. No caso da vinicultura, “os preços baixos não permitiam a boa remuneração dos trabalhadores, anulando a possibilidade de crescimento do consumo interno [de vinho]”<sup>81</sup>. Dessa situação dão conta os habitantes da Beira Baixa, onde “muitos trabalhadores [estão] sem trabalho. Esta grave crise é proveniente da baixa do preço e da pequena venda do vinho”<sup>82</sup>.

De acordo com alguns relatos da imprensa, também a introdução de mecanização originou um agravamento do desemprego, como no Alentejo em que cada máquina realizava,

<sup>79</sup> *Boletim de Estatística e Informação Agrícola*, ano III, nº 9, setembro de 1929, p. 190.

<sup>80</sup> AZEVEDO, Cândido de. *A crise da bolsa que mudou Portugal*. Mem-Martins: Publicações Europa-América, 1988, p. 36.

<sup>81</sup> FREIRE, Dulce. *Produzir e beber: a vinha e o vinho no Oeste (1929-1939)*. Tese (Mestrado em História dos Séculos XIX e XX) – Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 1997, p. 77.

<sup>82</sup> *Diário de Notícias*, ano 68º, nº 23 764, 30 de março de 1932, p. 4.

em média, o trabalho de 20 a 25 homens. De facto, neste período assistiu-se a uma maior presença de debulhadoras a vapor, no Alentejo. Se em 1927, foram contabilizadas 406 debulhadoras existentes nos distritos de Beja, Évora e Portalegre, já em 1930, o seu número chegava às 494<sup>83</sup>. Atendendo-se às consequências salientadas pela imprensa, concluía-se, portanto, que “a lavoura alentejana não comporta o regime mecânico”<sup>84</sup>.

Na visão do regime, e seguindo as palavras de João Antunes Guimarães, Ministro do Comércio e Comunicações entre 1928 e 1932, “impunha-se, por isso, criar nos meios rurais o ambiente propício à sua fixação e eficaz desenvolvimento das suas faculdades”<sup>85</sup>. Este objetivo resultava dos pedidos feitos que defendiam que “só a abertura de trabalhos públicos [...] atenuaria um pouco tão triste e perigosa situação”<sup>86</sup> dos desempregados rurais. Já outras figuras, como o republicano João de Barros defendia que “a proibição ou as dificuldades postas às correntes emigratórias derivam unicamente da crise de trabalho, generalizada em todo o mundo”, facto que deviam ser ressaltado na explicação deste fenómeno. Tal intenção pretendia demonstrar que este não era um problema que partia dos portugueses pois “o português é um óptimo operário, um admirável e laborioso trabalhador”<sup>87</sup>.

Para uma ampla compreensão das consequências da crise económica na agricultura, ter-se-á de olhar para os impactos da emigração. Em algumas zonas do país, a emigração continuava a ser uma tendência estrutural. Em Trás-os-Montes, os trabalhadores rurais emigravam para França, Espanha e Brasil existindo “aldeias que quási se despovoam [...] duma aldeia próxima [de Sabrosa, em Vila Real], onde havia 150 homens, só ficaram 25”<sup>88</sup>.

Tal como no Norte, a emigração também se fazia sentir no Sul. Apesar da conjuntura recessiva, o Alentejo preservou as tradicionais rotas além dos fluxos inter-regionais. Os trabalhadores, “sobretudo dos concelhos raianos, que tinham ido para Espanha, no seu regresso forçado encontraram nas suas localidades pessoal contratado de outros pontos do país, como é costume todos os anos”<sup>89</sup>. No Algarve, nos concelhos de Lagoa, Albufeira e Tavira os assalariados emigravam para França mas também Marrocos. A região algarvia era

<sup>83</sup> REIS, Jaime. *O atraso económico português (1850-1930)*. Lisboa: INCM, 1993, p. 103.

<sup>84</sup> *Diário de Notícias*, ano 68º, nº 23 766, 1 de abril de 1932, p. 2.

<sup>85</sup> GUIMARÃES, João Antunes. A política rural na situação do «28 de Maio». In *I Congresso da União Nacional*. Lisboa: Império, 1934, vol. IV, p. 95.

<sup>86</sup> *Diário de Notícias*, ano 66º, nº 23 316, 28 de dezembro de 1930, p. 2.

<sup>87</sup> *Diário de Lisboa*, ano 10º, nº 2987, 6 de janeiro de 1931, p. 1.

<sup>88</sup> *Boletim de Estatística e Informação Agrícola*, ano III, nº 10, outubro de 1929, p. 208.

<sup>89</sup> *Boletim de Estatística e Informação Agrícola*, ano V, nº 6, junho de 1931, p. 165.

também afetada crise na indústria das pescas, pairando o espectro de “milhares de operários sem trabalho e outros milhares de pescadores sem pão”<sup>90</sup>. Já em Setúbal, as migrações eram causa e não consequência para a crise laboral que se vivia pois “as grandes dificuldades com que luta a indústria da pesca originaram uma migração para o campo, aumentando assim o número de rurais sem trabalho”<sup>91</sup>.

O encerramento dos mercados importadores de mão-de-obra portuguesa, nomeadamente os países da América Latina (Brasil e Venezuela), agravará a situação de desemprego. O que aqui se denota é uma igualdade entre os fatores de *pull* e *push*, ou seja, na determinação dos fluxos migratórios tinha igual relevância a depressão da economia dos países que recebiam emigrantes como as condições da sociedade de origem, contraindo uma tendência que vinha desde meados do século XIX<sup>92</sup> e criando uma situação de estagnação.

A soma destes problemas não confirmou apenas a inexistência de uma solução para o desemprego cíclico. O contexto internacional encarregou-se de exacerbar as clivagens socioeconómicas que marcavam, sobretudo, o Sul de Portugal, embora a ausência de trabalho se ramificasse pelo restante território. Face a este problema, emergia uma necessidade muito clara de repensar as instituições para o exercício do poder político. Nesta nova razão de Estado insinuou-se um feixe de problemáticas que conhecerá a sua realização já com o salazarismo plenamente instalado como regime. Na sua base encontrar-se-á uma política assistencialista que obedecerá ao duplo princípio da nacionalização do trabalho e da garantia da ordem pública. Por conseguinte travar possíveis ruturas no tecido social, provocadas pela emergência de comunidades rurais proletárias, tratava-se de algo fundamental para a ditadura. Na junção destas dimensões encontramos uma atividade reguladora em “só o que excede a capacidade das soluções particulares requiere a intervenção directa do Estado”<sup>93</sup>. Basta referir que a fiscalização das questões de assistência pública estavam na dependência do Ministério do Interior, no qual também se encontrava a tutela das forças policiais. Mas para já vejamos, de forma mais aprofundada, o desemprego rural em Portugal para melhor se entender as soluções veiculadas pelo regime, tópico que analisaremos mais adiante.

---

<sup>90</sup> APRÁ, Alberto Carlos. *O mar pode resolver a crise de trabalho no Algarve*. Lisboa: Centro Tipográfico Colonial, 1931, p. 8.

<sup>91</sup> *Boletim do Ministério da Agricultura*, ano I, nº 1-5, III série, agosto/dezembro de 1932, p. 550.

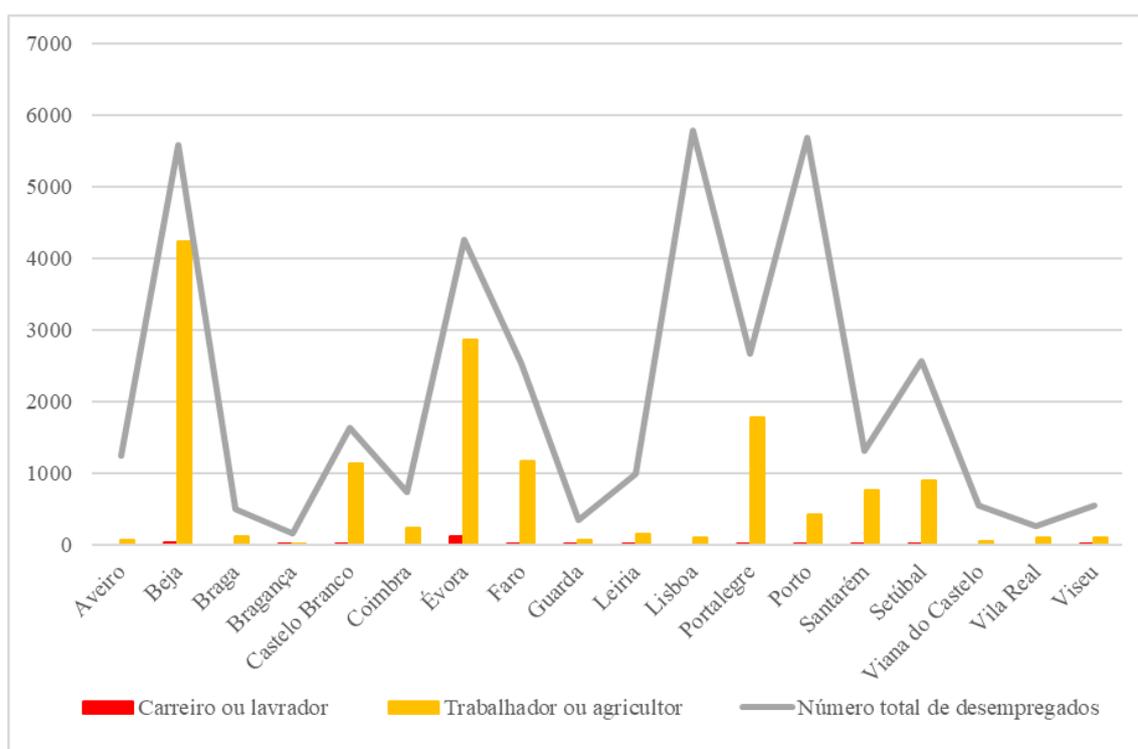
<sup>92</sup> MIRANDA, Sacuntala de. *A emigração portuguesa e o Atlântico, 1870-1930*. Lisboa: Edições Salamandra, 1999.

<sup>93</sup> LORDELLO, Ruy de. *O desemprego e a colocação no regime corporativo*. Lisboa: Império, 1935, p. 9.

## Dimensões locais do desemprego rural

Num período em que “as preocupações do Governo com o fenómeno do desemprego parecem alterar-se”<sup>94</sup> e para um melhor conhecimento sobre o verdadeiro impacto da chamada *crise dos rurais* foi realizado um inquérito, ao abrigo do Decreto nº 20 222, de 15 de agosto de 1931. As principais conclusões, referentes à crise laboral da lavoura, que foram retiradas da realização deste inquérito podem ser observadas no gráfico nº 2, ao nível distrital.

**Gráfico nº 2 – Número de desempregados existentes na lavoura (agosto de 1931)**



**Fonte:** ANTT, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Presidência do Conselho-11, pt. 3 “Recenseamento dos desempregados”, 3ª sd, fls. 38-41.

Primeiramente, sobressai a importância que os distritos do Sul tinham na contabilização de desempregados rurais, reforçando o quadro social a que aludimos previamente. Beja, Évora e Portalegre são as zonas nas quais o número de trabalhadores sem ocupação mais se notava, confirmando os desequilíbrios da grande propriedade de cultura extensiva. Desta questão dá conta a missiva enviada pelo Arcebispo de Évora, D. Manuel Mendes da Conceição Santos, ao Ministro das Finanças, em agosto de 1931. Nesta carta é referido que, passado o período

<sup>94</sup> PATRIARCA, Fátima. *A questão social no salazarismo, 1930-1947*. Lisboa: INCM, 1995, vol. I, p. 158.

das colheitas, “não tardará que pelos campos e pelas povoações comecem a vaguear às dezenas e às centenas trabalhadores desocupados a pedirem esmola, visto não terem trabalho para ganharem o pão de cada dia”<sup>95</sup>. Assumar, no concelho de Monforte e distrito de Portalegre, “encontra-se a braços com a miséria um grande número de famílias, por não terem onde ganhar alguma coisa para o seu sustento”<sup>96</sup>.

Também se contava um número acentuado de desempregados em Setúbal e Santarém, sendo que neste último distrito “o gravíssimo problema dos desempregados, aqui, exige uma enérgica, providencial solução”<sup>97</sup>. Já noutras zonas do país, mais urbanizadas, naturalmente, a questão do desemprego dos trabalhadores rurais não se colocou com tanta gravidade, como em Lisboa ou no Porto. Também onde o minifúndio era característico da paisagem agrária, o desemprego não se converteu num flagelo, como em Braga, Bragança, Guarda, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu.

Ainda assim, nessas mesmas zonas a Norte do Tejo, o desemprego conseguia ser uma realidade no sector primário. Num outro inquérito, este mais tardio e datado de 1937, era referido que, em Bragança, especificamente no concelho de Mirandela, um jornaleiro que trabalhasse junto da vila teria cerca de 240 dias (oito meses), enquanto outros jornaleiros “têm muito menos dias de trabalho que nós, aqui, perto da vila. Dificilmente conseguirão ocupação para mais de 100 dias” e que “vivem da caridade e passam muita miséria”<sup>98</sup>, algo que também pautava a paisagem do Sul. Ainda no mesmo inquérito, relatava-se que em Évora e Portalegre, o número de dias de trabalho rondava os 250 dias e, “nas crises periódicas vive do crédito, se o tem, ou recorre à caridade pública se não há obras do Estado ou da Câmara onde empregar-se”<sup>99</sup>. Desde logo, pode concluir-se que este foi um problema que se prolongou ao longo do decénio inicial da Estado Novo.

As consequências de tal fenómeno adquiriu contornos de resistência e formas de reivindicação. Por norma, quando o emprego escasseava surgiam os pedidos coletivos de trabalho, nos quais os trabalhadores desempregados dirigiam-se aos patrões ou às autoridades locais, constituindo uma forma de pressão e alerta para os problemas vividos.

<sup>95</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo [doravante ANTT] Arquivo Salazar, PC-11, cx. 560, capilha 4 “Desemprego no Distrito de Évora”, fl. 45.

<sup>96</sup> *O Comércio de Viveres*, ano II, nº 35, 10 de março de 1931, p. 6.

<sup>97</sup> *Diário de Notícias*, ano 66º, nº 23 222, 22 de setembro de 1930, p. 1.

<sup>98</sup> *Boletim do Comissariado do Desemprego*, nº 16, outubro-dezembro de 1937, p. 582

<sup>99</sup> *Boletim do Comissariado do Desemprego*, nº 16, outubro-dezembro de 1937, p. 594.

Do ponto de vista do poder político, tais ajuntamentos poderiam significar alterações da ordem pública. Alguns episódios são ilustrativos da percepção que a elite governativa tinha sobre esta matéria. Em janeiro de 1931, na vila de Aljustrel, no distrito de Beja, o ambiente vivido era descrito da seguinte forma: “grande efervescência entre as classes trabalhadoras devido à grande crise do trabalho [...] chegando mesmo a fazerem ameaças que de súbito se podem tornar uma realidade com grande alteração da ordem, e digo grave porque a fome é sempre péssima conselheira”<sup>100</sup>. Também se contavam pedidos de reforço das forças da Guarda Nacional Republicana (GNR) no distrito de Évora, “por parte das autoridades administrativas todas prevendo alteração da ordem pública”<sup>101</sup>. Situação idêntica ocorreu em Gouveia. Esta vila, “meio operário de avultada densidade populacional”, na qual “rugindo cóleras” e “prevenindo o perigo de tumultos e assaltos”, foi pedido para robustecer a secção da GNR, “dotando o seu quadro fixo com meia dúzia de cavalos, de modo a assegurar permanentemente [...] o serviço mais rápido e uma superior eficácia de acção”<sup>102</sup>.

Um ano mais tarde, em Mértola, a ordem existente foi abalada por um pequeno episódio. Em duas freguesias, Corte do Pinto e Sant’Ana de Combas, o abastecimento de pão era feito também pela fronteira com Espanha. Com a proibição da importação de pão fabricado, a sua ausência fez-se sentir nestas localidades. De seguida houve “toques de sino a rebate, não com fim revolucionário, mas chamando a unir o povo”, mostrando que este problema teria de ter “uma solução rápida e imediata”<sup>103</sup>. Alguns habitantes fizeram pedidos para que “o decreto que proíbe a importação de pão espanhol fique sem efeito até à próxima colheita”<sup>104</sup>. Tais solicitações não foram atendidas pois, segundo o Ministro da Agricultura, estas “carecem de fundamento”<sup>105</sup>.

Elencados estes casos, podemos afirmar que os movimentos emergentes no mundo rural resultam da cruzamento do local (o endémico problema do desemprego) com o global (crise económica mundial), que hibridizam as práticas da resistência, nos seus objetivos, nos meios utilizados ou nos agentes envolvidos, com novas roupagens.

Os receios das autoridades decorriam de algumas movimentações da oposição política que, no caso do Partido Comunista Português (PCP), eram feitas na luta contra a

<sup>100</sup> ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, mç. 451, [pt. 3/3] fl. 2.

<sup>101</sup> ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, mç. 451, [pt. 3/3], fl. 2.

<sup>102</sup> ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, mç. 451, [pt. 3/5], fl. 2.

<sup>103</sup> *Diário de Notícias*, ano 68º, nº 23 751, 17 de março de 1932, p. 2.

<sup>104</sup> *Diário de Notícias*, ano 68º, nº 23 756, 22 de março de 1932, p. 1.

<sup>105</sup> *Diário de Notícias*, ano 68º, nº 23 768, 3 de abril de 1932, p. 4.

proletarização nos campos. Segundo os comunistas, na organização de um jornada nacional de luta contra o desemprego, em 1932, “é particularmente interessante o levantamento dos camponeses em várias províncias do país. Há que submetê-los à nossa propaganda [...] o nosso programa revolucionário de nacionalização e expropriação dos grandes proprietários [...]”<sup>106</sup>. A sedimentação orgânica e a presença do PCP nas lutas dos trabalhadores rurais consolidar-se-ia num conjunto de aldeias e vilas que se tornaram, nos anos finais da II Guerra Mundial, em fortes bastiões partidários. Se no Sul este era o panorama, no Norte a influência do PCP nunca conseguiu deixar de ser apagada. No período que se encontra em análise, a rede de influência do partido não seria assaz influente ao ponto de colocar em causa a paz social, contudo, para certos dirigentes do regime, acautelar, prevenir e reprimir constituíam palavras de ordem.

Outros problemas sociais tinham como origem o desemprego. À época, uma pergunta pairava no ar: “Quantos homens, mulheres e crianças se estão definhando, dia a dia, numa situação angustiosa?!”<sup>107</sup>. A mendicância era prática frequente “marcada por vários percursos e ritmada por determinados acontecimentos [...] onde a sua presença era aceite”<sup>108</sup>, embora recriminada por alguns camponeses e pelas autoridades. Também os roubos de lenha, fruta e bolota eram comuns. Em Azeitão, em agosto de 1931, deu-se uma situação deste tipo. Esta era uma vila na qual se encontravam “ranchos de famintos” e que “em consequência deste estado de coisas, têm-se registado muitos assaltos às propriedades rústicas, levando os famintos frutas e batatas”<sup>109</sup>. Todavia, os roubos podiam ser considerados pelos habitantes destas localidades “quase como um direito quando aqueles que o praticam vivem em miséria extrema, especialmente se estão desempregados”<sup>110</sup>.

Como foi demonstrado, o desemprego rural era “efectivo mas relativamente oculto nas zonas de predomínio de agricultura familiar e particularmente visível nas zonas de agricultura extensiva de grande propriedade e da exploração com base em trabalho assalariado”<sup>111</sup>. Em suma, ainda que “o atraso da economia portuguesa era a melhor garantia de que os efeitos da

<sup>106</sup> ANTT, PIDE, Propaganda apreendida, n.º 441, fl. 1.

<sup>107</sup> *O Comércio de Víveres*, ano III, n.º 66, 25 de junho de 1932, p. 5.

<sup>108</sup> BASTOS, Susana Pereira. *O Estado Novo e os seus vadios*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997, p. 38.

<sup>109</sup> ANTT, Empresa Pública Jornal O Século, Cortes de Censura de 'O Século', cx. 43, mc. 64.

<sup>110</sup> CUTILEIRO, José. *Ricos e pobres no Alentejo*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1977, p. 96.

<sup>111</sup> CALDAS, João Castro. Desemprego rural. In: BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (Direcção). *Dicionário de História de Portugal (1926-1974)*. vol. 7. Porto: Livraria Figueirinhas, 1999, p. 509.

Grande Depressão não seriam muito intensos”<sup>112</sup> o que se pedia ao governo era que “os problemas referentes ao problema da riqueza têm de ser estudados, de modo a travar-se a emigração, acentuadamente patológica, a dar-se trabalho remunerador aos operários e a colocar o capital na sua função criadora e não exploradora”<sup>113</sup>.

### **Gestão política e soluções institucionais: a criação e atuação do Comissariado do Desemprego**

Aquando da sua tomada de posse como Subsecretário de Estado da Agricultura, em 1932, José Penha Garcia afirmava que “o Governo da Ditadura que tem, como programa, prover ao bem moral e material das classes trabalhadoras, considera o trabalho como uma indispensável cooperação económica, não esquecerá o auxílio aos trabalhadores”<sup>114</sup>. Tal constatação poder-se-á considerar como uma reação a algumas situações passadas. Nesta questão da assistência dada aos desempregados da lavoura deram-se algumas críticas, como foi o caso da Associação dos Regentes Agrícolas. Esta associação, aquando do lançamento do projeto sobre esta questão assistencialista, em fevereiro de 1932, dirigiu-se ao Ministro das Finanças apelando a uma maior representatividade de figuras ligadas ao sector agrícola na constituição de um futuro organismo. Para esta agremiação o problema residia no facto de serem “os empregados e operários agrícolas a classe que menos organizada se encontra, do que resulta a dificuldade da determinação do seu representante”<sup>115</sup>, pedindo que fosse esta a representante dos trabalhadores rurais.

A atitude do governo na ajuda aos trabalhadores consubstanciou na criação de um organismo habilitado delinear uma estratégia de combate ao desemprego que grassava. É neste contexto que surge o Comissariado do Desemprego que, na opinião de alguns, “repudiou qualquer forma demagógica de resolver o problema do desemprego, mormente a de subsidiar os desocupados”<sup>116</sup>. Não se tratava da primeira vez que surgia a ideia da criação de uma entidade habilitada a cuidar dos desempregados. Em 1931, o Instituto de Seguros

<sup>112</sup> CARDOSO, 2012, p. 387.

<sup>113</sup> *Diário de Lisboa*, ano 9º, nº 2472, 2 de maio de 1929, p. 1.

<sup>114</sup> *Gazeta das Aldeias*, 37º ano, nº 1717, 14 de agosto de 1932, p. 102.

<sup>115</sup> ANTT, Arquivo Salazar, PC-11, cx. 560, capilha 9 “Regulamentação da assistência aos desempregados”, 2ª sd, fl. 99.

<sup>116</sup> SILVA, Manuel Gomes da. *Os contratos colectivos de trabalho perante as crises de desemprego rural*. Lisboa: Tipografia A Comercial, 1950, p. 12.

Obrigatórios e Previdência Social Geral<sup>117</sup> desenhou um projeto de decreto com força de lei tendo em vista a criação de agências de colocação de desempregados nas circunscrições de previdência social nos distritos de Lisboa, Porto, Coimbra e Évora. Esta ideia baseava-se no estabelecimento de “um serviço privativo para a colocação de desempregados, dentro das normas da procura e oferta de trabalho, com intervenção directa dos representantes do Estado, entidades patronais e operárias num estreito espírito de colaboração e de acção executiva”<sup>118</sup>.

No documento que deu origem ao Comissariado do Desemprego, o Decreto n.º 21 699, de 19 de setembro de 1932, era defendido que este “não se destina a criar uma nova modalidade permanente de utilização de mão-de-obra. Condensa meia dúzia de tentativas para atenuar a crise da hora que passa”<sup>119</sup>. Além desta sua matriz de atuação, o Comissariado era criado de forma temporária, o que não aconteceu, existindo para além do término do regime, sendo substituído pelo Gabinete de Gestão do Fundo de Desemprego, em dezembro de 1974.

Sob a tutela deste Comissariado encontrava-se o Fundo de Desemprego, cujas receitas partiam de uma contribuição de 3% das remunerações pagas aos trabalhadores (1% ao patronato e 2% ao trabalhador), estando excluídos, da contribuição patronal, os trabalhos agrícolas. As verbas do Fundo foram canalizadas para o financiamento de um amplo programa de obras públicas, como se verá nas próximas páginas.

Já estabelecido o regime do Estado Novo, o combate ao desemprego foi realizado de forma bifurcada existindo duas modalidades: os meios diretos e os meios indiretos. Na primeira vertente encontravam-se a atribuição de subsídios de trabalho, comparticipados entre 50 a 75% por vários organismos públicos e privados; a criação de centros de trabalho para a adaptação dos desempregados a novos ofícios; a entrega das receitas do Comissariado ao Instituto de Assistência à Família<sup>120</sup> (10%) e ao Instituto Nacional do Trabalho e Previdência<sup>121</sup> (2%). Dentro dos meios indiretos estava a concessão de comparticipações para a construção de obras públicas, de modo a absorver a massa de desempregados. Já antes, em

---

<sup>117</sup> Instituição criada pelo Decreto n.º 5640, de 10 de maio de 1919. Funcionando sob a dependência do Ministério do Trabalho, tinha como função a gestão e execução dos dispositivos jurídico-legais para o exercício dos seguros obrigatórios em Portugal.

<sup>118</sup> ANTT, Arquivo Salazar, PC-11, cx. 560, capilha 8 “Projecto de criação de Agências de colocação de Desempregados nas circunscrições de Previdência Social de Lisboa, Porto, Coimbra e Évora”, fl. 93.

<sup>119</sup> *Diário do Governo*, I série, n.º 230, 30 de setembro de 1932, p. 1976.

<sup>120</sup> Enquadrado na reforma da assistência social dos anos 40, o IAF foi criado pelo Decreto-Lei n.º 35 108, de 8 de novembro de 1945, tendo como objetivo a criação de uma rede de serviço social em Portugal.

<sup>121</sup> O INTP nasce com o Decreto n.º 23 053 de 23 de setembro de 1933. Tinha um amplo conjunto de funções e dependências pelo território, assentes na supervisão e execução das leis do foro laboral e social.

1928, a União dos Interesses Económicos apelara junto do Ministro do Interior para que, através de uma atuação enérgica, promovesse a “realização de trabalhos públicos e montagem de empresas de fomento de modo a dar-se um impulsivo decisivo aos melhoramentos e obras que há-de beneficiar os povos e garantir a colocação de alguns milhares de desempregados”<sup>122</sup>. Também algumas atitudes do poder local iam em idêntico sentido. Em 1931, o município de Évora pediu um empréstimo ao Ministério das Finanças para obras de canalização de águas e de esgotos que teria como resultado “empregarem-se [...] os operários e trabalhadores desta cidade que actualmente se encontram sem trabalho”<sup>123</sup>. Como se pode atestar, a solução do desemprego através da construção de obras de interesse público era algo que desde os primeiros anos da Ditadura Militar vinha fazendo sentido para as elites económicas e políticas dirigentes.

Uma das principais vertentes do Comissariado na tentativa de contrapor o movimento de proletarização agrícola que se vivia foi, precisamente, a implementação de um vasto programa de obras públicas, existindo uma diferenciação entre a construção de infraestruturas e os melhoramentos rurais, estando as primeiras centradas nos meios urbanos. A atribuição de subsídios para obras públicas poderia vir diretamente do Orçamento Geral do Estado e seriam distribuídos pelos vários distritos do país. Também o Comissariado do Desemprego desenvolveu atividades em conjunto “with the regional and local corporatist bodies network and the largest farmers of each parish”<sup>124</sup>.

Vejam os alguns exemplos deste programa durante a década de 1930. Em Beja, alguns dos melhoramentos custeados pelo Comissariado de Desemprego foram o aperfeiçoamento da rede de abastecimento urbano de água em Serpa e a construção de dispensários antituberculosos e do Mercado Municipal de Almodôvar<sup>125</sup>. No distrito de Leiria, a construção de estradas, fontanários, chafarizes, pontes ou calçetamento de ruas faziam parte

<sup>122</sup> ANTT, Arquivo Salazar, PC-11, cx. 560, capilha 1 “Sugestões para combater o desemprego”, fl. 1.

<sup>123</sup> Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, SG/EMP/EVO, cx. 81, fl. 14.

<sup>124</sup> AMARAL, Luciano e FREIRE, Dulce. Agricultural policy, growth and demise, 1930-2000. In FREIRE, Dulce e LAINS, Pedro (Ed.). *An Agrarian History of Portugal, 1000-2000*. Leiden: Brill Academic Publishers, 2017, p. 257.

<sup>125</sup> A necessidade partia, segundo o Comissariado, para fazer “desaparecer, em proveito do comércio e da higiene locais, as antigas feiras que diariamente se realizavam ao ar livre, com incómodo de todos, compradores e vendedores, e prejuízo inevitável dos géneros mercanciados” (*Boletim do Comissariado do Desemprego*, nº 13, janeiro-março de 1937, p. 9). A comparticipação foi de 161 145\$96.

dos melhoramentos rurais estipulado pelo Governo Civil<sup>126</sup>. Na região de Trás-os-Montes, em Vila Real, entre as várias obras públicas poder-se-á destacar a construção, alargamento, pavimentação e transformação de vias públicas urbanas; a limpeza e correção do rio Tâmega, em Chaves; a captação e abastecimento de água, construção de reservatórios e canalizações em Vila Real, Chaves, Peso da Régua, Alijó e Mesão Frio, a construção do Matadouro Municipal de Chaves ou ainda a reparação de alargamento dos cemitérios de Chaves e Alijó<sup>127</sup>. De notar ainda que, por norma, “esses trabalhos eram planificados em função do desemprego rural existente”<sup>128</sup>.

Algumas iniciativas no quadro da hidráulica agrícola foram igualmente realizadas através da comparticipação financeira do Comissariado do Desemprego, como as obras de enxugo dos paus da Ota e do Braço e de limpeza da parte superior do rio Sado, iniciadas em 1933; as obras de regularização e defesa da ribeira de Campilhas, a limpeza e regularização da vala de Alpiarça, as obras do lanço de Banagazil, da bacia do Sado, efetuadas em 1934. Para o caso do paul de Magos, em 1933, considerava-se esta ação como “rápida e eficaz”, beneficiando as populações que “pareciam permanentemente condenadas ao desemprego”<sup>129</sup>. Todas estas obras foram dirigidas pela Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola e, além destas, alguns trabalhos de construção e reparação de estradas foram feitos numa associação entre o Comissariado e a Junta Autónoma de Estradas.

Não será de estranhar que a Associação Industrial Portuguesa considerasse que “as medidas de incremento e trabalhos públicos para combater o desemprego muito veem beneficiar também a actividade industrial”<sup>130</sup>. O reconhecimento destas empreitadas como forma de satisfazer as necessidades locais e regionais leva-nos a concluir, tal como alguns estudos defendem, que o desemprego era combatido através da organização de trabalho “que hoje designaríamos «socialmente útil ou necessário», afastando-se a possibilidade de seguro

<sup>126</sup> *Programa de melhoramentos rurais e urbanos a realizar no distrito de Leiria*, Leiria, Tipografia Mendes Barata, 1933.

<sup>127</sup> *Boletim do Comissariado do Desemprego*, nº 14, abril-junho de 1937, pp. 193-197.

<sup>128</sup> FONSECA, Inês. Medidas políticas para o desemprego rural no Alentejo durante o Estado Novo: «para evitar de virem aqui, o que causaria má impressão e descatos que a fome pode originar». *Vipasca*, nº 1, 2ª série, 2006, p. 12.

<sup>129</sup> *Diário de Notícias*, ano 69º, nº 24114, 22 de março de 1933, p. 1.

<sup>130</sup> ANTT, Arquivo Salazar, PC-11, cx. 560, capilha 10 “Sugestões sobre o desemprego, disciplina da produção e mercados internos, e valorização do trabalho nacional”, fl. 127.

social que o cobrisse”<sup>131</sup>. Esta solução ia ao encontro da ideologia oficial do regime que atribuía ao Estado um lugar supletivo nas questões assistenciais, repartindo a responsabilidade por várias instituições.

Como fazia referência alguma imprensa local, “o problema social está de tal forma complicado, que as maiores capacidades esbarram perante as dificuldades que hoje nos assoberbam”<sup>132</sup>. De facto, os problemas sociais revelavam-se de difícil resolução, numa estrutura estatal que dava os seus primeiros passos e que necessitava de criar mecanismos de resposta. Neste aspeto, o auxílio prestado adquiria contornos muito particulares, com naturais reflexos nas populações rurais. A assistência promovida pelo Comissariado de Desemprego correspondia à seguinte lógica: “o maior esforço para acudir ao maior infortúnio; a maior urgência para acudir à maior necessidade”<sup>133</sup>. Partindo deste desígnio dicotómico, a ação assistencial no interior de Portugal focou-se na questão alimentar.

Se nos distritos urbanos, como Lisboa ou Coimbra, era também feita a distribuição de peças de vestuário e calçado, nos distritos rurais destacou-se a assistência a inválidos e a distribuição de refeições e subsídios de alimentação. Esta última era uma medida que já havia surgido no interior do governo: em fevereiro de 1933, Horácio Assis Gonçalves sugeriu a Oliveira Salazar que, “seguindo um pouco os passos de Sidónio Pais, se lembrasse de mandar organizar umas sopas, para serem distribuídas aos desempregados, em vez de subsídios” e se “não seria uma coisa que caíria bem?”<sup>134</sup>. Esta proposta só se tornaria realidade, mais tarde, nos concelhos de Braga, Bragança e Viana do Castelo e, a partir de junho de 1937, em Barcelos, Guimarães, Setúbal, Sesimbra e Vila Real. Em abril e julho de 1938, seria a vez de Portalegre e Santarém e, entre março e junho de 1939, a distribuição de refeições chegaria a Faro, Horta, Leiria, Beja, Castelo Branco, Évora, Viseu, Funchal e Aveiro. O custo unitário de cada refeição foi estipulado em \$75 para todo o território e compreendia uma sopa e 250 gramas de pão. A componente da ajuda alimentar contemplava ainda o fornecimento de rasas de milho em Braga e Esposende, numa média mensal de 335 doses. O fornecimento de refeições não se esgotava na ação direta do Comissariado, estando as misericórdias e

<sup>131</sup> RODRIGUES, Cristina. *Portugal e a Organização Internacional do Trabalho (1933-1974)*. Tese (Doutoramento em Sociologia do Estado, do Direito e da Administração) – Universidade de Coimbra. Coimbra, 2011, p. 459.

<sup>132</sup> *A Regeneração*, ano VII, nº 282, 2 de janeiro de 1932, p. 1.

<sup>133</sup> *Boletim do Comissariado do Desemprego*, nº 9, janeiro-março de 1936, p. 5.

<sup>134</sup> GONÇALVES, Assis. *Relatórios para Oliveira Salazar, 1931-1939*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros/Comissão para o Livro Negro do Regime Fascista, 1981, p. 77.

instituições locais de beneficência envolvidas neste processo, por vezes, subsidiadas pelo próprio Comissariado do Desemprego.

Não obstante estes particularismos, era visto que “a missão do Comissariado, enquanto existir, não pode ficar por aqui. Tem ir mais longe, sobretudo no capítulo da assistência”<sup>135</sup>. Para alguns, a obra de assistência desenvolvida pelo governo baseava-se no seguinte: “procuraremos acudir com mãos largas aos mais necessitados mas não nos esquecendo de que a razão e a justiça devem prevalecer sobre quaisquer sentimentos de ordem”<sup>136</sup>. Para lá dos encômios feitos pelas próprias figuras do regime, o que na realidade se verificava era a negação da “assunção estatal das funções de solidariedade social para com os trabalhadores”<sup>137</sup>.

Permanecendo o círculo vicioso do desemprego, variando consoante o ritmo das colheitas, o governo empreendeu algumas medidas avulsas nos anos seguintes. Com o Decreto-Lei n.º 28 914, de 13 de agosto de 1938, podiam ser lançadas derramas especiais sobre os proprietários rústicos das regiões afetadas pelo desemprego, que podiam chegar a 50% das contribuições prediais, de modo a canalizar a coleta destes impostos para a construção de obras de interesse local. Numa das zonas mais fustigadas por esta situação, Évora (cf. tabela 3), combinavam-se duas dimensões: “o crescimento da população, perante uma lavoura que se não modificou ainda, sem o desenvolvimento paralelo duma indústria que absorva o excedente, vêm de há anos aumentando em extensão e duração as crises de trabalho”<sup>138</sup>.

**Tabela 3 - A gestão da crise do trabalho rural em Évora em 1938**

Concelho	Média do número de desempregados (a)	Percentagem aprovada para a derrama	Previsão do rendimento da derrama	Importância cobrada até 1939
Arraiolos	300	3%	104.639\$00	91.937\$00
Estremoz	612	2,5%	175.889\$72	145.489\$92
Borba	460	5%	99.146\$47	25.265\$12

<sup>135</sup> SILVA, Henrique Gomes da. A influência do Comissariado do Desemprego no desenvolvimento das actividades nacionais e na debelação da crise dos sem labor e assistência. In *I Congresso da União Nacional*. Lisboa: Império, 1934, vol. IV, p. 50.

<sup>136</sup> *Diário da Manhã*, ano II, nº 631, 4 de janeiro de 1933, p. 5.

<sup>137</sup> ALVES, Jorge Fernandes Alves; CARNEIRO, Marinha. Estado Novo e discurso assistencialista (1933-1944). *Estudos do Século XX*, nº 13, 2013, p. 339.

<sup>138</sup> ANTT, Arquivo Salazar, PC-11, cx. 560, capilha 4 “Desemprego no Distrito de Évora”, fl. 71.

Mourão (b)	902	3%	58.965\$40	*
Mora	786	5%	121.139\$10	107.217\$00
Évora (c)	659	*	*	*
Reguengos de Monsaraz	600	7%	*	*
Redondo	232	5%	108.882\$00	*
Portel	393	5%	168.788\$85	*

a) Cálculo efetuado para os meses entre setembro e dezembro de 1938.

b) Não existem dados para o mês de novembro.

c) Não pediu derrama e o número de desempregados foi calculado para novembro e dezembro.

**Fonte:** ANTT, Arquivo Salazar, PC-11, cx. 560, capilha 4, “Desemprego no Distrito de Évora”, fls. 48-70.

Anos mais tarde, em Portalegre, em 1945, após três maus anos agrícolas, o desemprego regressou, tomando “um aspecto inquietante e a que a Lavoura não poderá acudir devido à má situação económica em que a colocaram a diminuição produção das searas e a falta de pastos”<sup>139</sup>. Para Beja, nesse mesmo ano e em idêntica situação, chegava-se a afirmar que “como é triste este contra-senso fatal da Natureza, onde há abundância, há miséria”<sup>140</sup>. Tal facto demonstra que, não obstante os esforços empreendidos pelo governo, o desemprego rural continuava a ser uma tendência na agricultura portuguesa, permanecendo como realidade até ao fim do Estado Novo.

### A colonização interna como mecanismo de desproletarização

Uma breve menção deve ser feita à ideia da colonização interna como forma de combate ao desemprego rural. Tendo conhecido uma maior presença no exercício do poder nos finais dos anos 30, vários estudos historiográficos como os de Fernando Oliveira Baptista<sup>141</sup> e Elisa Lopes da Silva<sup>142</sup> elucidam para a sua importância no estabelecimento de uma nova abordagem sobre estrutura social rural. Não pretendendo lançar novas pistas sobre esta questão, devemos realçar o seu papel para uma análise integrada e global sobre o desemprego nos campos.

Esta não foi uma fórmula teórica que o regime autoritário elaborou. Desde o século XIX que a ideia de uma melhor distribuição da população em estreita correlação com a estrutura da

<sup>139</sup> ANTT, Arquivo Salazar, PC-11, cx. 560, capilha 22 “Desemprego no Distrito de Portalegre”, fl. 322.

<sup>140</sup> ANTT, Arquivo Salazar, PC-11, cx. 560, capilha 23 “Desemprego no Distrito de Beja”, fl. 343-345.

<sup>141</sup> BAPTISTA 1993, p. 19-50.

<sup>142</sup> SILVA, Elisa Lopes da. *A propriedade e os seus sujeitos: colonização interna e colónias agrícolas durante o Estado Novo*. Tese (Mestrado em História Contemporânea) – Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2011.

propriedade era defendida. Neste ideário orbitavam figuras como Oliveira Martins, Ezequiel de Campos ou Basílio Teles<sup>143</sup>. À semelhança de outros regimes fascistas, como a Alemanha ou Itália<sup>144</sup>, o Estado Novo criou as bases para a sua materialização, com a criação da Junta de Colonização Interna, em 1936, conjugando-a com as obras de hidráulica agrícola que foi desenvolvendo. Assim, a colonização interna deveria assentar em dois planos de atuação: canalizar os excedentes demográficos dos centros de maior densidade populacional a Norte para as regiões do Sul e conseguir a melhoria da produtividade de alguns terrenos através da instalação de maior número de famílias nas colónias agrícolas.

Além dos impactos económicos trazidos pelo desenvolvimento da colonização interna, esta também tinha impactos na estrutura do mercado laboral, uma vez que os seus princípios objetivos implicavam alterações no panorama demográfico de algumas regiões. Para efeitos do tema em análise, o desemprego nas áreas rurais era diretamente contemplado na colonização interna, tal como o parecer da Câmara Corporativa refere. Segundo este documento, era uma fórmula que “equilibra a cidade e o campo, prendendo as famílias à gleba, que não mais trocarão pela cidade, e permitindo aos operários restaurar o seu antigo amor à terra; levanta benéfica barragem ao êxodo do trabalhador rural e aos conhecidos malefícios do urbanismo; é o meio ideal de lutar contra o desemprego [...]”<sup>145</sup>.

Além dos objetivos elencados pelo regime e de acordo com Fernando Oliveira Baptista, a colonização interna é, sobretudo, impulsionada, de forma a absorver o desemprego rural que grassava, mas igualmente, como forma de prevenção das tensões sociais existentes. Nas suas palavras, tratava-se de “construir uma paz social pela conversão dos trabalhadores agrícolas em pequenos proprietários, retalhando para o efeito baldios, terras do Estado e privadas”<sup>146</sup>. Assim, além de um mecanismo económico, a colonização serviria como expediente de consolidação do regime nas áreas rurais, zonas nas quais se haviam sentido tensões e resistências na I República.

Tal situação é exacerbada durante a passagem de Rafael Duque pelo Ministério da Economia (1940-1944). Na sua visão, a colonização interna era mais eficaz “face ao carácter

<sup>143</sup> Para um enquadramento da questão ver: ROSAS, Fernando. *Salazarismo e fomento económico*. Lisboa: Editorial Notícias, 2001, p. 151-209.

<sup>144</sup> GRIFT, Liesbeth van de. Cultivating Land and People: Internal Colonization in Interwar Europe. In: GRIFT, Liesbeth van de e FORCLAZ, Amalia Ribi (Ed.). *Governing the Rural in Interwar Europe*. New York: Routledge, 2017, p. 68-92.

<sup>145</sup> *Diário das Sessões da Câmara Corporativa*, nº 192, 29 de outubro de 1938, p. 94.

<sup>146</sup> BAPTISTA, 1993, p. 10.

circunstancial da política de obras públicas e à inoperacionalidade dos mecanismos de regulação corporativa do trabalho agrícola”<sup>147</sup>. Porém, também o projeto de colonização interna saiu frustrado permanecendo o desemprego como uma das realidades mais visíveis na sociedade rural portuguesa, com especial incidência no Alentejo.

### **Considerações finais**

As perturbações e crises económicas, enquanto fenómenos dinâmicos e inseridos num sistema global sensível a variações, determinam a moldagem dos modos subjacentes à ação dos agentes e instituições. Essa dimensão múltipla remete para a operatividade do modelo de funcionamento do Estado nestes períodos e para o labor produzido em torno da solução dos problemas sociais emergentes num contexto de irregularidades económicas. É neste cruzamento de elementos que procurámos fazer uma resenha histórica do desemprego rural em Portugal quando este foi intensificado pelas consequências da Grande Depressão. Tal não era algo de inaudito no panorama socioeconómico rural permanecendo como um elemento caracterizador das relações laborais nos campos ao longo do Estado Novo.

O Estado autoritário português, ao almejar o enquadramento das populações, criou mecanismos propiciadores ao cumprimento desse desígnio. A associação deste facto com o desemprego que afectava os trabalhadores rurais criou o caminho para o surgimento de uma instituição habilitada a regular o problema: o Comissariado do Desemprego. As especificidades e as práticas destas instituições, partindo da objetivação burocrática do Estado, são reveladoras de um discurso baseado na perceção de uma sociedade hierarquizada, cujos reflexos se estenderam aos equilíbrios da política do trabalho, num claro reforço da autoridade estatal.

No conjunto de intenções do agrarismo salazarista, surge-nos um esquema tripartido de atuação: modernização económica, reestruturação fundiária e estabilização social no mundo rural. Neste plano, articulam-se redes sociais que o sustentam e reforçam os sistemas ideológicos em vigência que, na Ditadura Militar e, mais tarde, no Estado Novo, desaguavam na legibilidade que as elites agrárias conferiam ao autoritarismo. Neste contexto, é possível observar a constituição de um sistema capaz de conseguir, por um lado, manter intacta a

---

<sup>147</sup> SILVA, 2011, p. 18.

sociedade camponesa, promovendo formas de fixação nas áreas rurais (colonização interna); por outro, prover estas mesmas áreas com apontamentos de modernização, com recurso a uma mão-de-obra disponível para tal (obras públicas e campanhas de produção agrícola de caráter autárquico). A simbiose operada entre o uso dos mecanismos políticos institucionais e o apoio do controlo do mercado acabou por enformar as visões sobre o desemprego rural.

No caso português, podemos ver algo que foi comum a outros regimes fascistas e a sua relação com o meio agrícola: “garantir uma força de mão-de-obra adequada para trabalhar o solo e criar um excedente agrícola destinado ao consumo por parte das outras classes”<sup>148</sup>. As tentativas de alteração do status quo esbarrarão sempre com a resistência política bem sucedida por parte da oligarquia rural tradicional. Entre a reforma e a segurança Salazar nunca hesitaria em arbitrar a favor da segunda. Face ao peso determinante que as classes possidentes tinham no regime somado à “dificuldade de encontrar alternativas fora da região permitia assegurar aos donos das terras a disponibilidade de uma reserva de mão-de-obra barata”<sup>149</sup>. Essa circunstância levava a que o Estado apenas prestasse uma assistência pontual, nunca aprofundando em demasia tais questões. A perenidade das desigualdades, com períodos de clara agudização, nomeadamente na Segunda Guerra Mundial e as greves rurais surgidas nesse contexto, confirmam o princípio do papel supletivo do regime em providenciar ajudas aos desempregados rurais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Jorge Fernandes Alves; CARNEIRO, Marinha. Estado Novo e discurso assistencialista (1933-1944). *Estudos do Século XX*, nº 13, p. 335-353, 2013.

AMARAL, Luciano. *O país dos caminhos que se bifurcam: política agrária e evolução da agricultura portuguesa durante o Estado Novo, 1930-1954*. Tese (Mestrado em História dos Séculos XIX e XX) – Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 1993.

AMARAL, Luciano e FREIRE, Dulce. Agricultural policy, growth and demise, 1930-2000. In FREIRE, Dulce e LAINS, Pedro (Ed.). *An Agrarian History of Portugal, 1000-2000*. Brill Academic Publishers, 2017, p. 245-276.

<sup>148</sup> MOORE, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Lisboa: Edições 70, 2010, p. 450.

<sup>149</sup> FERNANDES, Margarida. A organização dos trabalhadores agrícolas na Reforma Agrária: o caso de Beleizão. *Etnográfica*, vol. VI, nº 2, 2002, p. 378.

APRÁ, Alberto Carlos. *O mar pode resolver a crise de trabalho no Algarve*. Lisboa: Centro Tipográfico Colonial, 1931.

AZEVEDO, Cândido de. *A crise da bolsa que mudou Portugal*. Mem-Martins: Publicações Europa-América, 1988.

BAPTISTA, Fernando Oliveira. Economia do latifúndio – o caso português. In BARROS, Afonso de (Coord.). *A agricultura latifundiária na Península Ibérica*. Lisboa: Instituto Gulbenkian de Ciência/Centro de Estudos de Economia Agrária, 1980, p. 341-372.

BAPTISTA, Fernando Oliveira. *A política agrária do Estado Novo*. Porto: Afrontamento, 1993.

BARROS, Henrique de. *A cultura do trigo na região do Alto Alentejo*. Lisboa: Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas, 1934.

BASTO, Eduardo Lima. *Inquérito Económico-Agrícola*. Lisboa: Universidade Técnica, 1934.  
BASTOS, Susana Pereira. *O Estado Novo e os seus vadios*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.

BERNANKE, Ben. *Essays on the Great Depression*. Princeton: Princeton University Press, 2009.

CALDAS, João Castro. Desemprego rural. In: BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (Direcção). *Dicionário de História de Portugal (1926-1974)*. Volume 7. Porto: Livraria Figueirinhas, 1999, p. 509.

CARDOSO, José Luís. Ecos da Grande Depressão em Portugal: relatos, diagnósticos e soluções. *Análise Social*, nº 203, vol. XLVII, p. 370-400, 2012.

CARMO, Renato Miguel do. As desigualdades sociais nos campos: o Alentejo entre as décadas de 30 e 60 do século XX. *Análise Social*, nº 184, vol. XLII, p. 811-835, 2007.

CARQUEJA, Bento. *Indicadores económicos portugueses*. Porto: Tipografia Sequeira, 1930.

CHORÃO, Luís Bigotte. Em volta do «programa» do «28 de Maio». In: TORGAL, Luís Reis, CHORÃO, Luís Bigotte e MARTINS, Rui Cunha (Org.). *O 28 de Maio oitenta anos depois: contributos para uma reflexão*. Coimbra: Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, 2007, p. 15-26.

CORREIA, Araújo. *A crise nos seus aspectos económicos e social*. Lisboa: Tipografia da Empresa do Anuário Comercial, 1932.

CUTILEIRO, José. *Ricos e pobres no Alentejo*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1977.

FERNANDES, Margarida. A organização dos trabalhadores agrícolas na Reforma Agrária: o caso de Baleizão. *Etnográfica*, vol. VI, nº 2, p. 327-345, 2002.

FONSECA, Inês. Medidas políticas para o desemprego rural no Alentejo durante o Estado Novo: «para evitar de virem aqui, o que causaria má impressão e desacatos que a fome pode originar». *Vipasca*, nº 1, 2ª série, p. 5-17, 2006.

FREIRE, Dulce. *Produzir e beber: a vinha e o vinho no Oeste (1929-1939)*. Tese (Mestrado em História dos Séculos XIX e XX) – Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 1997.

GALBRAITH, John Kenneth. *A crise económica de 1929: anatomia de uma catástrofe financeira*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1982.

GARRIDO, Álvaro. Conjunturas políticas e economia. In: LAINS, Pedro, SILVA, Álvaro Ferreira da (Coord.). *História Económica de Portugal (1700-2000)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, vol. III, p. 451-473.

GARRIDO, Álvaro. O Estado Novo português e a institucionalização da “economia nacional corporativa”. *Estudos do Século XX*, nº 10, p. 297 – 316, 2010.

GIMÉNEZ, Eduardo; MONTERO, María. The Great Depression in Spain. *Economic Modelling*, vol. 44, p. 200-214, 2015.

GONÇALVES, Assis. *Relatórios para Oliveira Salazar, 1931-1939*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros/Comissão para o Livro Negro do Regime Fascista, 1981.

GRIFT, Liesbeth van de. Cultivating Land and People: Internal Colonization in Interwar Europe. In: GRIFT, Liesbeth van de e FORCLAZ, Amalia Ribí (Ed.). *Governing the Rural in Interwar Europe*. New York: Routledge, 2017, p. 68-92.

GUIMARÃES, João Antunes. A política rural na situação do «28 de Maio». In *I Congresso da União Nacional*. Lisboa: Império, 1934, vol. IV, p. 77-109.

LAINS, Pedro. Portugal e a Grande Depressão. *História*, ano XXI, nº 18, p. 30-39, 1999.

LIMONCIC, Flávio; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). *A Grande Depressão: Política e Economia na Década de 1930 - Europa, Américas, África e Ásia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LORDELLO, Ruy de. *O desemprego e a colocação no regime corporativo*. Lisboa: Império, 1935.

MARQUES, Alfredo. *Política económica e desenvolvimento em Portugal (1926-1959)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.

MATTESINI, Fabrizio; QUINTIERI, Beniamino. Italy and the Great Depression: an analysis of the Italian economy, 1929–1936. *Explorations in Economic History*, vol. 34, nº 3, p. 265-294, 1997.

MINTZ, Simon K. The rural proletariat and the problem of rural proletarian consciousness. *Journal of Peasant Studies*, vol. 1, n.º 3, p. 291-325, 1974.

MIRANDA, Sacuntala de. *A emigração portuguesa e o Atlântico, 1870-1930*. Lisboa: Edições Salamandra, 1999.

MOORE, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Lisboa: Edições 70, 2010.

PAIS, José Machado *et. al.* Elementos para a história do fascismo nos campos: a «Campanha do Trigo»: 1928-38 (I). *Análise Social*, vol. XII, n.º 46, p. 401-473.

PATRIARCA, Fátima. *A questão social no salazarismo, 1930-1947*. Lisboa: INCM, 1995, 2 vols.

PALAU, Senén Florensa. *España ante la crisis de 1929 y la gran depresión: la economía de la II República*. Tese (Doutoramento em História) -Universidad Complutense de Madrid. Madrid: 1979.

PICÃO, José Silva. *Através dos campos: usos e costumes agrícola-alentejanos*. Lisboa: Neogravura Limitada, 1947.

REES, Timothy. The political mobilization of landowners in the province of Badajoz, 1931-1933. In: LANNON e PRESTON, Paul (Ed.). *Élites and power in twentieth-century Spain*. Oxford: Clarendon Press, 1990, p. 91-106.

REIS, Jaime. *O atraso económico português (1850-1930)*. Lisboa: INCM, 1993.

RODRIGUES, Cristina. *Portugal e a Organização Internacional do Trabalho (1933-1974)*. Tese (Doutoramento em Sociologia do Estado, do Direito e da Administração) – Universidade de Coimbra. Coimbra, 2011.

ROSAS, Fernando. *O Estado Novo nos anos trinta (1928-1938)*. Lisboa: Estampa, 1986.

ROSAS, Fernando. *Salazarismo e fomento económico*. Lisboa: Editorial Notícias, 2001.

SANTOS, Rui. Economic sociology of the modern latifundium: economic institutions and social change in Southern Portugal, 17th-19th centuries. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 45, p.23-52, 2004.

SILVA, Elisa Lopes da. *A propriedade e os seus sujeitos: colonização interna e colónias agrícolas durante o Estado Novo*. Tese (Mestrado em História Contemporânea) – Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2011.

SILVA, Henrique Gomes da. A influência do Commissariado do Desemprego no desenvolvimento das actividades nacionais e na debelação da crise dos sem labor e assistência. In *I Congresso da União Nacional*. Lisboa: Império, 1934, vol. IV, p. 41-52.

SILVA, Manuel Gomes da. *Os contratos colectivos de trabalho perante as crises de desemprego rural*. Lisboa: Tipografia A Comercial, 1950.

TELO, António José. A obra financeira de Salazar: a «ditadura financeira» como caminho para a unidade política, 1928-1932. *Análise Social*, vol. XXIX, nº 128, p. 779-800, 1994.